



Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

## Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História



Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

# Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História

### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

# Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em história

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo  
**Correção:** Giovanna Sandrini de Azevedo  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Willian Douglas Guilherme

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P737 Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em história [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-392-7

DOI 10.22533/at.ed.927202109

1. História – Pesquisa. 2. Historiografia. 3. História - Metodologia. I. Guilherme, Willian Douglas.

CDD 907.2

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

### Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

No e-book “Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História”, estão reunidos vinte e sete artigos que dialogam entre questões atualizadas e relevantes da pesquisa em história. São quatro grupos divididos por subtemas.

O primeiro grupo, do subtema “História, Educação e Metodologia”, são seis artigos que apresentam resultados em torno das instituições educacionais e debates educacionais no período imperial brasileiro, o papel da pesquisa (auto)biográfica, uma pesquisa que retrata particularidades do Exército brasileiro e propostas entre história e sala de aula.

O grupo dois, “Trabalho, Luta e Identidade”, são seis artigos, dentre eles, uma pesquisa que destaca o discurso do imperador japonês aos seus súditos justificando a rendição japonesa na segunda guerra mundial. Outros artigos destacam a luta operária e a construção de identidades numa interessante intriga historiográfica convidativa ao debate.

O grupo seguinte, “Cinema, Literatura e Arte”, são cinco artigos que trazem pesquisas atuais que entrelaçam história, cinema, arte e literatura. Este conjunto de pesquisas apontam para a pluralidade de possibilidades da pesquisa em história, vale a pena conferir.

Fecham o e-book, cinco artigos que dialogam sobre “Cidades e Particularidades”, trazendo informações das cidades de: Gramado/RS e a origem do turismo; Paraty/RJ de 1965 a 1920; o calçadão da Gameleira na cidade de Rio Branco/AC e; o cargo do Santo Ofício na Bahia.

Navegando pelo índice, com certeza, não menos que um, se não todos os subtemas lhe chamarão a atenção.

Aceite o prazer desta leitura!

Willian Douglas Guilherme  
Organizador

## SUMÁRIO

### HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E METODOLOGIA

#### **CAPÍTULO 1..... 1**

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS: UM DEBATE SOBRE AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO MUNICÍPIO DA CORTE IMPERIAL BRASILEIRA

Diego Dias Salgado

**DOI 10.22533/at.ed.9272021091**

#### **CAPÍTULO 2..... 18**

O REPOSICIONAMENTO POLÍTICO DO BARÃO DE ABIAHY NOS DEBATES EDUCACIONAIS DO FIM DO IMPÉRIO

Suênya do Nascimento Costa

**DOI 10.22533/at.ed.9272021092**

#### **CAPÍTULO 3..... 28**

UM OLHAR SOBRE A PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Patrícia Simone de Araujo

Sônia Maria de Magalhães

**DOI 10.22533/at.ed.9272021093**

#### **CAPÍTULO 4..... 39**

A UTILIZAÇÃO DA HISTÓRIA ORAL COMO INSTRUMENTO DE PESQUISA NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Ivan de Freitas Vasconcelos Junior

**DOI 10.22533/at.ed.9272021094**

#### **CAPÍTULO 5..... 46**

INSTITUIÇÃO ESCOLAR E A HISTÓRIA DO CONHECIMENTO SISTEMATIZADO

Paulo Augusto Tamanini

Gislânia Dias Soares

Ocimara Fernandes Negreiros Oliveira

Risalva Ferreira Nunes de Medeiros

Vanusa Maria Noronha Medeiros

**DOI 10.22533/at.ed.9272021095**

#### **CAPÍTULO 6..... 58**

O PENSAMENTO HISTÓRICO: SUBSÍDIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EXPERIÊNCIA DE AULA

Fabricio Adriano

**DOI 10.22533/at.ed.9272021096**

## **TRABALHO, LUTA E IDENTIDADE**

### **CAPÍTULO 7..... 70**

A HONRA MESMO NA TERRA-ARRASADA: O ORGULHO JAPONÊS OBSERVADO NO ÉDITO IMPERIAL AO POVO DO JAPÃO PÓS SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1945)

Pedro Antonio Saraiva de Carvalho Pereira Francez

**DOI 10.22533/at.ed.9272021097**

### **CAPÍTULO 8..... 77**

A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO DE MENINOS NEGROS NA ESCOLA CENTRAL DE MACEIÓ (1887-1893)

Marcondes dos Santos Lima

**DOI 10.22533/at.ed.9272021098**

### **CAPÍTULO 9..... 87**

DIREITOS TERRITORIAIS: AS LUTAS E AS “BATALHAS” EM BUSCA DE RECONHECIMENTO DE DIREITOS

Elisandra Cantanhede Ribeiro

**DOI 10.22533/at.ed.9272021099**

### **CAPÍTULO 10..... 97**

JACY, A OPERÁRIA: DEFENDENDO DIREITOS TRABALHISTAS. IMBITUVA/PR, 1966

Raiele Kollaritsch

Vania Vaz

**DOI 10.22533/at.ed.92720210910**

### **CAPÍTULO 11..... 109**

PROCESSO SOCIO-HISTÓRICO E O CONCEITO DE MODO DE PRODUÇÃO

Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama

**DOI 10.22533/at.ed.92720210911**

### **CAPÍTULO 12..... 121**

HERÓIS OU BANDIDOS? AS REPRESENTAÇÕES DAS MILÍCIAS NO RIO DE JANEIRO (2007-2010)

Michelle Airam da Costa Chaves

**DOI 10.22533/at.ed.92720210912**

### **CAPÍTULO 13..... 133**

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA INTOLERÂNCIA AO CIGANO: DO MITO DO SURGIMENTO DOS CIGANOS AOS MATERIAIS DIVULGADOS EM SALA DE AULA

Marcio Edovilson Arcas

Ademilson Batista Paes

**DOI 10.22533/at.ed.92720210913**

<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>146</b>
O SERTÃO ENTRE O ANTIGO E O MODERNO? APONTAMENTOS DO TEMPO COMO REPRESENTAÇÃO COLETIVA E OS USOS DA SINCRONIA PARA A COMPLEXIFICAÇÃO DE SEU ENTENDIMENTO	
Matheus de Araujo Martins Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.92720210914	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>156</b>
CONTEXTO PROFISSIONAL DO BAILARINO: ASPECTOS HISTÓRICOS	
Ana Lígia Trindade	
Patrícia Kayser Vargas Mangan	
DOI 10.22533/at.ed.92720210915	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>166</b>
DAS DANÇAS SACRAS E PROFANAS NO BRASIL COLONIAL: TRANSFORMAÇÕES, IDENTIDADES E APROPRIAÇÃO	
Jéssica Viana Marques	
João Balduino de Brito Neto	
Mikaela Dantas Tavares	
DOI 10.22533/at.ed.92720210916	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>173</b>
RESGATANDO VOZES E REMEMORANDO HISTÓRIAS: O LUGAR DE FALA ZAPATISTA NAS DECLARAÇÕES DA SELVA LACANDONA	
Rodrigo de Moraes Guerra	
DOI 10.22533/at.ed.92720210917	
<b>CINEMA, LITERATURA E ARTE</b>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>183</b>
A LITERATURA APOCALÍPTICA JUDAICA COMO EXPRESSÃO DE INTERCULTURALIDADE NO ANTIGO ORIENTE PRÓXIMO	
Harley Pereira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.92720210918	
<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>192</b>
OPERACIÓN MASACRE (1972) E O CINEMA DE INTERVENÇÃO POLÍTICA NA ARGENTINA	
Mirela Bansi Machado	
DOI 10.22533/at.ed.92720210919	
<b>CAPÍTULO 20.....</b>	<b>201</b>
DISCURSOS LITERÁRIOS E CINEMATOGRAFICOS SOBRE O FEMININO: IDENTIDADE, FEMINISMO E REPRESENTAÇÃO ATRAVÉS DO FILME “AS HORAS” (2002)	
Natália Gomes da Silva Machado	
DOI 10.22533/at.ed.92720210920	

**CAPÍTULO 21.....217**

O FENÔMENO MIGRATÓRIO NAS OBRAS: O QUINZE, VIDAS SECAS E MORTE E VIDA SEVERINA

Aline Vieira Fernandes

Mayara Benevenuto Duarte

**DOI 10.22533/at.ed.92720210921**

**CAPÍTULO 22.....229**

“UMA SENHORA BRASILEIRA EM SEU LAR”: REPRESENTAÇÕES DE LEITORAS PELOS PINCÉIS DE DEBRET

Sílvia Rachi

**DOI 10.22533/at.ed.92720210922**

**CIDADES E PARTICULARIDADES**

**CAPÍTULO 23.....242**

“UMA VERDADEIRA SUIÇA BRASILEIRA”: ORIGENS DO TURISMO EM GRAMADO (RIO GRANDE DO SUL, SÉCULOS XIX-XX)

Eduardo da Silva Weber

Daniel Luciano Gevehr

**DOI 10.22533/at.ed.92720210923**

**CAPÍTULO 24.....255**

PROCESSOS NATURAIS E ANTRÓPICOS DE ALTERAÇÃO DA PAISAGEM DO MUNICÍPIO DE PARATY, BRASIL, 1965-2020

Rodrigo Zambrotti Pinaud

**DOI 10.22533/at.ed.92720210924**

**CAPÍTULO 25.....267**

O CALÇADÃO DA GAMELEIRA EM RIO BRANCO, ACRE: UMA LEITURA CRÍTICA À LUZ DOS CONCEITOS DE CESARE BRANDI

Pedro Augusto Queiroz de Souza

**DOI 10.22533/at.ed.92720210925**

**CAPÍTULO 26.....279**

ITABAIANA: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DA CARÊNCIA DE CONSCIENTIZAÇÃO PATRIMONIAL COMO AMEAÇA À MEMÓRIA EDIFICADA

Nycole de Araújo Régis

Charles Andrade Pereira

**DOI 10.22533/at.ed.92720210926**

**CAPÍTULO 27.....284**

O CARGO DE FAMILIAR DO SANTO OFÍCIO E AS HABILITAÇÕES INCOMPLETAS PARA BAHIA

Cleílton Chaga Bernardes

**DOI 10.22533/at.ed.92720210927**

<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>294</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>295</b>

# CAPÍTULO 8

## A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO DE MENINOS NEGROS NA ESCOLA CENTRAL DE MACEIÓ (1887-1893)

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 04/06/2020

### Marcondes dos Santos Lima

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
(PPGE)  
Maceió/AL

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9585713600384980>

**RESUMO:** O construto tem como proposta apresentar uma discussão em torno da escolarização de meninos negros na *Escola Central de Maceió* na província das Alagoas. A referida instituição foi fundada, em 22 de abril de 1887, por iniciativa da *Sociedade Libertadora Alagoana*. A sua criação foi um dos desdobramentos do projeto de lei apresentado na Câmara dos Deputados, em 12 de maio de 1871, sendo promulgada, posteriormente, em 28 de setembro do mesmo ano como a Lei nº 2. 040 nominada de *Lei do Ventre Livre*. O escopo dessa instituição, sob a organização dos intelectuais abolicionistas da Sociedade, era o de escolarizar os meninos negros nascidos livres do ventre escravo a partir daquele ano. A partir disto, os objetivos do texto incidem em: descrever o cenário histórico em que a *Escola Central de Maceió* foi gestada; traçar os interesses político-ideológicos das elites que justificaram a necessidade de criação da instituição; reconstruir a partir dos indícios alguns traços da cultura escolar da *Escola Central de Maceió*; e por fim

problematizar o papel da instituição na formação profissional de meninos negros. Os resultados do texto apontaram que a formação desses meninos na instituição configurou-se como um projeto educacional pensado para a população negra livre como um meio de viabilizar o seu acesso ao universo elementar das letras, mas, sobretudo, ao aprendizado de um ofício. Somado a isto, a discussão contribui para ratificar a tese de que a população negra livre conseguiu lograr os bancos escolares e, assim, continuar desmitificando a falácia de que na história da educação brasileira e, em especial, na história da educação alagoana não houve casos de sujeitos negros que dominaram a escrita e leitura dentro dos seus limites.

**PALAVRAS-CHAVE:** Meninos Negros – Escola Central de Maceió – Sociedade Libertadora Alagoana – Lei do Ventre Livre – Formação para o Trabalho.

### TRAINING FOR THE WORK OF BLACK BOYS IN THE CENTRAL SCHOOL OF MACEIÓ (1887-1893)

**ABSTRACT:** The construct aims to present a discussion about the schooling of black boys at the *Central School of Maceió* in the province of Alagoas. This institution was founded on April 22, 1887, at the initiative of *Liberating Society in Alagoas*. Its creation was one of the consequences of the bill presented in the Chamber of Deputies, on May 12, 1871, and was subsequently promulgated on September 28 of the same year as Law nº 2040 named the *Free Womb Law*. The scope of this institution, under the organization of the Society's abolitionist

intellectuals, was to educate black boys born free from slave womb from that year. From this, the objectives of the text focus on: describing the historical scenario in which the *Central School of Maceió* was created; to trace the political-ideological interests of the elites that justified the need to create the institution; reconstruct from the evidence some traits of school culture at the *Central School of Maceió*; and finally to question the role of the institution in the professional training of black boys. The results of the text pointed out that the training of these boys at the institution was configured as an educational project designed for the free black population as a means of enabling their access to the elementary universe of letters, but, above all, to learning a trade. In addition, the discussion contributes to ratifying the thesis that the free black population managed to manage school banks and, thus, continue to demystify the fallacy that in the history of Brazilian education and, in particular, in the history of education in Alagoas, there were no cases of black subjects who dominated writing and reading within their limits.

**KEYWORDS:** Black Boys – Central School of Maceió – Liberating Society in Alagoas - Free Womb Law – Training for Work.

## 1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No tocante a oferta de escolarização nos Oitocentos a Constituição de 1824 prescrevia que: “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos” (BRASIL, *Carta da Lei de 25 de março*, 1824). Fundamentada nos ideais do liberalismo europeu que apregoava que todos os homens eram livres e [teoricamente] iguais, isto não foi o suficiente para que a legislação considerasse os negros escravos como cidadãos e, assim, vedando a estes/as o direito de acesso ao universo letrado. Pois, a mesma Carta determinava que a população negra cativa e os libertos nascidos em solo africano não seriam reconhecidos como cidadãos da jovem nação e, portanto, impedidos de terem o direito à escolarização primária. Dessa forma, pode-se entender que no Brasil à época foi instituído uma “cidadania excludente”.

O impedimento legal do acesso às letras pelos sujeitos de *cor* se agravava mais, uma vez que na província das Alagoas, por exemplo, a população era composta majoritariamente por negros (pretos, pardos e mestiços). Entretanto, a participação desse grupo étnico na instrução pública era ínfima se comparada aos de etnia branca.

Estes dados apresentados acima conduziu os historiadores da educação brasileira, nos últimos anos do século passado, a advogarem a tese de que no Império a população negra cativa não teve acesso às letras, em virtude de sua condição escrava. Todavia, dentro dessa interpretação, que se restringia a análise da legislação, não se levava em consideração outras condições jurídicas as quais os negros da época também estavam submetidos como livres e libertos, por exemplo. Em consequência, tal interpretação tendeu a homogeneizar a população negra como se todos fossem escravos, ou seja, a própria historiografia da educação de outrora cometeu o equívoco de sempre associar o negro ao ser escravo (VEIGA, 2008). Embora de fato a legislação no Dezenove proibisse a matrícula

de negros escravos nas escolas de primeiras letras, tal aplicação legal não se estendia aos de condição jurídica livre e liberto, pois segundo Cynthia Veiga (2008), a escola pública elementar do século XIX foi criada para escolarizar crianças pobres, mestiças e negras.

É nestes termos que o presente texto irá esboçar nas próximas linhas que segue algumas considerações sobre uma experiência escolar ocorrida na província das Alagoas no Império, que evidencia o acesso da população negra aos bancos escolares. Tal experiência ocorreu no contexto do abolicionismo, movimento este que tinha como escopo o fim gradual do sistema escravagista. Nas Alagoas, tivemos o caso da *Escola Central de Maceió*, fundada em 22 de abril de 1887, por iniciativa da *Sociedade Libertadora Alagoana*, e que abrigou meninos negros nascidos livres após a promulgação da Lei nº 2.040, nominada de *Lei do Ventre Livre*, a fim de iniciá-los no aprendizado de um ofício.

## **2 | AS TENSÕES ENTRE A ESCRAVIDÃO E O MOVIMENTO ABOLICIONISTA NA PROVÍNCIA DAS ALAGOAS**

Pensar o abolicionismo no Dezenove, significa captar que este movimento esteve interligado à interesses sociais, políticos e econômicos e em que tudo tinha como um fim a cobiçada modernização da nação brasileira. Em busca de lograr tal objetivo, a historiografia evidencia o engajamento de grupos abolicionistas em várias províncias do Império. Pode-se considerar que aqui o abolicionismo ganhou terreno e força, porque na época a escravidão já não era bem quista na maioria dos países, sobretudo, os europeus. Com o passar dos anos o Brasil cada vez mais era pressionado por outras nações a extinguir de seu território o sistema escravagista, pois o processo de industrialização precisava de um mercado consumidor, neste sentido, uma população livre seria a alternativa. Contudo, o Brasil ainda persistia em produzir nas suas terras a prática escravagista, tornando-se a última nação a abolir o regime.

Chiavenato (1980, p. 215) ao discutir sobre o abolicionismo interpreta que por ele ter sido um movimento que teve suas primeiras manifestações vindas da classe abastada, consequentemente foi marcado pelos interesses de classe, “[...] procurando naturalmente maiores vantagens nas mudanças estruturais do sistema trabalho, e não se preocupando com o destino dos talhadores escravos”.

Na província das Alagoas era comum casos de abolicionistas possuírem escravos como, por exemplo, a abolicionista Dona Maria Zeferina de Medeiros Bittencourt, da cidade de Penedo, que as vésperas da abolição de 1888, ainda possuía escravos em sua posse. Isto, evidencia que o abolicionismo na província era de um caráter senhorial e aristocrático, havendo incongruência entre o que os abolicionistas pregavam em seus discursos (o alijamento da escravidão) e a prática (senhores/as de escravos).

De Penedo informam-nos que a exma. sr<sup>a</sup>. D. Maria Zeferina de Medeiros Bittencourt, que desde muitos anos tem dado provas de verdadeira

aboliconista, libertando quasi todos os escravos que possuia, acaba de conceder espontaneamente carta de liberdade a seu escravo Misael, de vinte annos de idade, vigoroso e de perfeita saude. Beijamos as mãos da philantrópica bemfeitora da humanidade. (*Gutenberg*, 1 de junho de 1887, p.1).

A partir deste dado pode-se interpretar que o abolicionismo existente na província das Alagoas, era de um caráter senhorial, aristocrático e, portanto, elitista, uma vez que os seus integrantes eram homens de letras e abastados e que não permitiram a participação dos próprios escravos no movimento. Alguns historiadores/as têm comungado desse mesmo entendimento conforme é expresso no excerto abaixo:

O abolicionismo existente em Alagoas tem sido entendido, de maneira geral, a partir de um viés muito senhorial, aristocrático mesmo, sendo emoldurado por sobre nomes pomposos como os de Brennand e Lordsleem. Esta ênfase parece desconsiderar traços de um abolicionismo popular e radical que, aqui e ali, sobressaem na leitura de escritos de Nolasco (MACIEL, 2011, p. 81).

Logo, a literatura que discute sobre o assunto na província aponta a inexistência de um abolicionismo popular. A própria documentação histórica local silencia o protagonismo negro na luta por sua emancipação, dando mais ostensividade a ação dos abolicionistas.

Um dos protagonistas do movimento, o escritor Joaquim Nabuco, proferia em seus discursos que o abolicionismo, apesar da solidariedade aos negros, não era apenas um movimento humanista, mas, sobretudo político (CHIAVENATO, 1980).

Os abolicionistas entendiam que o fim da escravidão era o melhor para a economia da sociedade imperial, embora mantivessem uma noção extremamente racista em relação ao negro, tanto é que as associações abolicionistas restringiam a participação dos escravos nesses movimentos:

O abolicionismo apresentava modelo de exclusão, que barrava a participação do escravo da agitação e da propaganda pela reforma das bases do trabalho. Como afirmou Nabuco em *O Abolicionismo*: "Não é aos escravos que falamos, é aos livres". Segundo as suas lideranças, o movimento deveria se restringir ao âmbito das elites e das classes médias urbanas, na busca de uma solução pacífica, deliberada no interior da comunidade de cidadãos, de modo a não trazer transtornos à ordem social. (VENTURA, 2000, p. 338).

Além de acreditarem na inferioridade dos mestiços e do negro, também criam no caráter criminoso dos mesmos. Como se observa na passagem em que o antropólogo alagoano Arthur Ramos cita o médico Nina Rodrigues:

[...] acredito e afirmo que a criminalidade no mestiço brasileiro é, como todas as outras manifestações congêneres, sejam biológicas ou sociológicas, de fundo degenerativo e ligada às más condições antropológicas do mestiçamento no Brasil. Separando um pequeno grupo de „mestiços superiores que por uma combinação feliz se apresentariam perfeitamente equilibrados e plenamente responsáveis (RAMOS, 2004, p. 100-101).

Assim, vale ressaltar que “A defesa da abolição não implicava o abandono das teorias das desigualdades étnicas que havia justificado o cativo, mas trazia, ao contrário, o reforço dessas concepções” (VENTURA, 2000, p. 346). E que a “consciência abolicionista se baseou na crítica ao escravismo em termos éticos e econômicos” (VENTURA, 2000, p. 341).

Outro intelectual que debateu sobre a escravidão foi Rui Barbosa. Para o jurista baiano, o trabalho livre iria civilizar e industrializar o país, ou seja, este seria um dos meios de o Brasil se tornar uma nação moderna, pois a escravidão era entendida como uma espécie de chaga, assim como um estorvo para a civilização. Maria Cristina Machado (2000, p. 35-36) comenta que para Rui Barbosa “[...] o trabalho livre desencadearia uma série de mudanças necessárias ao progresso do país, como a viação férrea, colonização, indústria, entre outras”. Como mostra a fala do presidente da província alagoana, Antonio Caio da Silva Prado, em 1888: “[...] idéia vencêdora no espirito publico a necessidade de apagar da face do paiz a feia macula do cativo, avessa á moral e á civilização do tempo atual, por constituir insuperável obstaculo a nosso progresso e adiantamento” (*Diário das Alagoas*, 20 de abril de 1888, n. 92, ano XXXI, p. 1).

Todavia, ao contrário dos abolicionistas, os senhores de engenho e políticos conservadores acreditavam que a proposta de uma abolição imediata dos escravos poderia evocar uma convulsão social, pois a principal atividade econômica do país era a agricultura e os escravos eram usados como mão-de-obra barata. Um parlamentar da Assembleia Geral da Corte, favorável a abolição, defendia uma emancipação que não desordenasse o trabalho: “[...] não ferir os direitos dos senhores, e não agravar a situação já bastante crítica das finanças do país” (*Jornal o Orbe*, de 19 de julho de 1885).

E foi nesse contexto de jogo de interesses de classes que a abolição tornava-se uma realidade distante para os cativos negros, em que a liberdade esteve mais no campo das ideias, com o movimento abolicionista, do que necessariamente a sua efetivação ante a resistência dos senhores de engenho que se deixavam cegar por seu egoísmo por riquezas e terras. No transcorrer das tensões entre a elite abolicionista e a elite agrária, foi apresentado um projeto de lei na Câmara dos Deputados, em 12 de maio de 1871, sendo promulgada posteriormente em 28 de setembro do mesmo ano, como a Lei nº 2.040 nominada de *Lei do Ventre Livre*. A dita lei foi uma forma gradual de se lograr o fim do sistema escravista. Para alguns historiadores/as da escravidão a referida lei não trouxe mudanças e efeitos práticos na vida dos/as escravos/as e nem mesmo das crianças que nasceram livres.

### **3 | A FORMAÇÃO DE MENINOS NEGROS PARA O TRABALHO BRAÇAL: O CASO DA ESCOLA CENTRAL DE MACEIÓ**

A *Lei do Ventre Livre*, de nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, determinava em sua

redação que as crianças nascidas do ventre escravo após a sua promulgação estariam livres e com a licença para a escolarização. Com isto, essa lei foi a primeira no Brasil a beneficiar os sujeitos negros em termos de instrução escolar, ao menos em nível de Império. Porém, esse direito ao ensino e liberdade não era concedido a todas as crianças, mas somente aquelas/es entregues ao Estado. Os proprietários de escravas que pretendessem ficar com seus filhos/as eram isentos da obrigação de educar e ainda poderiam usufruir do trabalho do menor até este/a completar 21 anos de idade.

O artigo 2º da legislação prescrevia que as crianças *ingênuas*<sup>1</sup> que fossem entregues ao governo poderiam ficar sob a guarda das associações filantrópicas, as quais teriam, assim como, os proprietários de escravos, o direito de usufruir do trabalho do menor até ele completar 21 anos. No entanto, seriam obrigadas a criar e tratar os menores, além de constituir para cada um deles/as um pecúlio (poupança).

Art. 2ª – O govêrno poderá entregar a associações, por ele autorizadas, os filhos das escravas, nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados.

Art. 2.º - O govêrno poderá entregar a associações, por êle autorizadas, os filhos das escravas, nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores delas, ou tirados do poder dêles em virtude do Art. 1.º - 6º.

§1º - as ditas associações terão direito aos serviços gratuitos dos menores até a idade de 21 anos completos, e poderão alugar esses serviços, mas serão obrigadas:

1º. A criar e tratar os mesmo menores;

2º. A construir para cada um dêles um percúlio, consistente na quota que para este fim fôr reservada nos respectivos estatutos; 3º. A procurar-lhes, findo o tempo de serviço, apropriada colocação. ([www.soleis.adv.br/leishistoricas.htm](http://www.soleis.adv.br/leishistoricas.htm)).

E foi a partir desse dispositivo legal que foi criada em 22 de abril de 1887, a *Escola Central de Maceió*. A referida instituição foi uma iniciativa da *Sociedade Libertadora Alagoana*, fundada em 28 de setembro de 1881, dez anos após a promulgação da *Lei do Ventre Livre* de 1871. A Sociedade tinha como alguns de seus membros professores de primeiras letras e ensino secundário, como Francisco de Paula Leite e Oiticica, Francisco Domingues da Silva e Francisco Dias Cabral, por exemplo. O propósito da Sociedade,

---

1. Os “ingênuos” dizia respeito aos filhos/as das mães cativas a partir da Lei do Ventre Livre de 1871. A categoria “escravo/cativo”, por sua vez, referia-se aqueles/as que viviam subjugados sob o regime da escravidão; os “livres” eram os que nasciam na condição de cidadãos e, portanto, não eram condicionados ao trabalho escravo; os “libertos/forro” eram os que nasciam como escravos e viveram por um período de suas vidas nessa condição, mas posteriormente conquistaram a sua liberdade, sendo um dos instrumentos a alforria;

como é possível observar no discurso de sua fundação publicado na imprensa, era o de promover a libertação dos escravos de forma pacífica e de modo a não comprometer os interesses da elite latifundiária (*Gazeta de Notícias*, 04 de outubro de 1881, ano III, n. 214). Para os membros da entidade a abolição traria melhorias para a vida econômica da província ou, melhor dizendo, a extinção da escravidão era uma necessidade da sociedade em geral (SANTOS, 2006). Sendo assim, a *Escola Central* tinha o propósito de atender o que prescrevia a referida lei, a saber: instruir crianças negras livres.

Segundo o presidente da província de 1888, a *Escola Central* era um modelo único em todo o Império, já que foi criada exclusivamente para atender meninos negros livres. Vale ressaltar que ao fundarem a instituição os abolicionistas tinham também a intenção de promover o ideário abolicionista o que era comum ao contexto brasileiro da época. A instituição era mantida pela *Sociedade Libertadora Alagoana* com verba proveniente da extração de loteria, concedida pelo Governo da Província e pela venda de artefatos fabricados pelos próprios alunos, além de donativos doados pelas elites. Segundo o professor Leite e Oiticica, para a sua fundação, a Escola Central contou com a quantia de 24:000\$00 (vinte e quatro contos de réis) provenientes das loterias concedidas pela Assembleia Provincial. Tal quantia, segundo o mesmo, garantiu a montagem do internato, das oficinas e das demais despesas da instituição. E ressalta que o estabelecimento não teve outro recurso para a sua instalação.

Com a Escola Central os seus fundadores tinham a intenção de criar outras escolas em cidades da província alagoana, cuja matriz seria a capital Maceió, por isso, a denominação de Escola Central, como revela a fala de Francisco de Paula Leite e Oiticica, membro da Sociedade, ao escrever em 1890 para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, solicitando auxílio para a manutenção da instituição: “O próprio nome do estabelecimento mostra que elle obedecia ao plano de fundação de outras escolas nos diferentes municipios da provincia, hoje Estado, tendo centro de operações a casa da Capital” (*Gutenberg* de 08 de junho de 1890, ano IX, n. 122, p.1). Contudo, isto não chegou a se concretizar. A causa da não realização desse propósito possivelmente foi devido ao alto custo de sua manutenção. Muitas das intuições fundadas para atender às crianças desamparadas sobreviviam por pouco tempo em razão da escassez de recursos financeiros. Normalmente as instituições filantrópicas recebiam dinheiro do governo provincial por meio da arrecadação de loterias, das elites e dos sócios das entidades fundadoras.

A instituição de ensino abrigava alunos internos e externos. Segundo o relatório do Presidente da Província de 1888, a escola contava naquele ano com 216 alunos, sendo 183 externos e apenas 33 internos. O pouco número de alunos internos podia ser devido à falta de recursos financeiros para receber uma quantidade maior de meninos. As crianças acolhidas no formato de externato não tinham a obrigação de frequentar todas as aulas. O internato era para aqueles meninos que não tinham quem cuidasse de sua educação, ou seja, para os órfãos.

O *Almanaque do Estado de Alagoas de 1891*, registra que a instituição continuava a admitir alunos internos e externos: “São admitidos como internos os orfãos e menores desvalidos que não tem quem se incumba de sua educação; como externos todos que necessitam de instrução litteraria ou profissional, qualquer que seja a sua idade, estado ou nacionalidade” (p.168). No relatório de presidente de província de 1888, consta que a escola ofertava aulas de primeiras letras, desenho aplicado às artes, música e as oficinas de sapataria, tipografia, tornearia, alfaiataria, marcenaria, tamanqueiro e bauleiro (fabricante de baús). As oficinas de marcenaria produziam as mobílias para as instituições públicas de ensino, como informava a imprensa: “As mobílias para as escolas publicas do Estado estão ultimamente sendo feitas nas officinas da escola, onde os alumnos trabalham com perfeição no fabrico de malas, bahus, perfeitamente semelhante às malas inglezas” (*Gutenberg* de 08 de junho de 1890, ano IX, n. 122, p.1). Observa-se que a instituição estava aplicando o que permitia a Lei do Ventre Livre, ou seja, a utilização gratuita do trabalho do menor.

Em 1890, a *Escola Central* parecia ter se desobrigado daquela intenção primeira, qual seja, a de acolher apenas meninos negros. Ao passar para a jurisdição do governo a *Escola*, ao que parece, começou a abrigar crianças de outras procedências e não somente as *ingênuas*, como registra o *Almanaque do Estado de Alagoas* de 1891: “Escola Central (Ensino profissional e litterario gratuito a engenuos e menores desvalidos)”.

Quanto aos alunos, têm-se poucas notícias, apenas uma breve nota jornalística menciona um deles ao recitar uma poesia em homenagem a Tiradentes: “O menor Joaquim Casemiro, da Escola Central, recitou uma bonita poesia” (*Gutenberg*, 23 de abril de 1890). Era frequente a participação dos alunos da *Escola Central* nas festividades cívicas e da própria instituição, nas quais apresentava-se a Banda de música dos alunos, cujo professor era Francisco Domingues, como publicou o jornal *Gutenberg*:

A“s 10 horas da manha do dia 20 do corrente os alumnos da escola central, acompanhados de seu digno e encaçavel director: professor Francisco Domingues, tendo á frente a banda de musica dos alumnos galantemente fardados dirigiram-se a matriz desta capital onde assistiram á uma missa em acção de graça pelo 3º anniversario da fundação da Escola. (*Gutenberg*, Maceió, 23 de abril de 1890, ano IX, n. 85, p. / não identificada).

Entre 1893 e 1894 a Escola Central fecha as portas. Nesse período, o governo alagoano tinha a pretensão de unificá-la com mais duas instituições, o *Liceu de Artes e Ofícios* e o *Colégio Orfanológico*. Da fusão o novo estabelecimento de ensino seria uma instituição de artes, ofícios e agricultura. No relatório do governador do Estado de 1893 há argumentos que deixava transparecer que não era justo acabar com a Escola Central: “Não é justo consentir que se aniquile a escola Central, instituição que tão meritos beneficios tem prestado à sociedade alagoana, e que relembra os tempos das gloriosas lutas do povo alagoano pela liberdade dos miseros escravizados” (*Relatório do Presidente de Estado de Alagoas* de 1893). Esta passagem possibilita entender que a escola servia

como instrumento de propaganda para a abolição da escravatura, dado o desinteresse em mantê-la após o êxito do movimento.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, a *Escola Central* foi criada a fim de profissionalizar os meninos negros nascidos do ventre cativo a partir da promulgação da *Lei do Ventre Livre* de 1871. Ao que tudo indica o propósito principal da instituição havia sido alcançado, o que pode ter causado a falta de interesse em dar prosseguimento com as suas atividades, uma vez que após a abolição dos escravos em 1888, as autoridades públicas passaram a cogitar o seu fechamento.

Os resultados do texto apontaram que a formação desses meninos na instituição configurou-se como um projeto educacional pensado para a população negra livre como um meio de viabilizar o seu acesso ao universo elementar das letras, mas, sobretudo, ao aprendizado de um ofício. Somado a isto, a discussão contribui para ratificar a tese de que a população negra livre conseguiu lograr os bancos escolares e, assim, continuar desmitificando a falácia de que na história da educação brasileira e, em especial, na história da educação alagoana não houve casos de sujeitos negros que dominaram a escrita e leitura dentro dos seus limites.

#### REFERÊNCIAS

ALAGOAS, Estado de. *Almanaque do Estado de Alagoas de 1891*, ano XX.

ALAGOAS, Província das. *Diário das Alagoas*, 20 de abril de 1888, n. 92, ano XXXI, p. 1.

ALAGOAS, Província das. *Gazeta de Notícias*, 04 de outubro de 1881, ano III, n. 214.

ALAGOAS, Estado de. *Gutenberg*, Maceió, 23 de abril de 1890, ano IX, n. 85, p. / não identificada.

ALAGOAS, Província das. *Gutenberg*, 1 de junho de 1887, p.1.

ALAGOAS, Estado de. *Gutenberg* de 08 de junho de 1890, ano IX, n. 122, p.1.

ALAGOAS, Província das. Jornal o *Orbe*, de 19 de julho de 1885.

ALAGOAS, Estado de. *Relatório do Presidente de Estado de Alagoas* de 1893.

CHIAVENATO, Julio José. *O Negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. Pedro Nolasco Maciel: Abolicionismo, republicanismo e socialismo em Alagoas. In: Almeida, Luiz Sávio de (org). *Traços e troças: literatura e mudança social em Alagoas*:

estudos em homenagem a Pedro Nolasco Maciel. Maceió: EDUFAL, 2011.

RAMOS, Arthur. **A mestiçagem no Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2004.

SANTOS, Monica Luise. **Artur Ramos e as teorias racistas do século XIX**: uma leitura sobre o pensamento dos Fundadores da Escola Central de Maceió. In. I Encontro Norte Nordeste de Historiadores da Educação/ V Encontro Cearense de Historiadores da Educação. Guaramiranga – CE, 2006: FACED/UFC, 2006.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 13, n. 39, p. 502-516. set./dez. 2008.

VENTURA, Roberto. Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república. In. MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem Incompleta – Formação; História – A experiência Brasileira (1500 – 2000)**. São Paulo: Editora SENEC, 2000.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adesismo 18  
Apocalipse 183, 184, 185, 186, 187  
Arquitetura Escolar 1, 5, 8, 16

### B

Bailarino 156, 159, 161, 162, 163, 164, 165  
Barão do Abiahy 18, 19  
Brasil Colonial 166, 172  
Brasil Império 18, 19

### C

Cesare Brandi 267, 268, 278  
Cinema 148, 159, 192, 193, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 210, 213, 214, 215, 251, 252, 275  
Cristãos-novos 284  
Cronologia 122, 146, 154, 155  
Cultura Cigana no Brasil 133

### D

Dança 141, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172  
Descaracterização 279, 280, 281, 282  
Desenvolvimento 1, 3, 4, 7, 9, 13, 47, 48, 49, 50, 54, 55, 56, 88, 92, 93, 94, 95, 96, 109, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 132, 139, 146, 152, 157, 158, 161, 164, 194, 197, 219, 222, 242, 243, 250, 251, 257, 259, 261, 263, 266, 289  
Direitos 65, 81, 87, 92, 93, 95, 96, 97, 100, 101, 124, 130, 131, 144, 177, 178, 212, 227, 260  
Disputas 21, 87, 180, 214, 263

### E

Escolarização 1, 3, 4, 8, 9, 11, 15, 63, 65, 77, 78, 82, 133, 237  
Experiência 13, 14, 35, 38, 45, 47, 58, 59, 65, 66, 67, 68, 69, 79, 86, 90, 162, 172, 176, 184, 196, 205, 228, 268

### F

Formação 4, 5, 16, 20, 21, 22, 27, 42, 43, 47, 48, 51, 52, 56, 60, 77, 81, 85, 86, 88, 90, 98, 109, 111, 112, 113, 117, 119, 144, 145, 147, 156, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 174, 177,

197, 202, 213, 218, 230, 232, 237, 238, 241, 242, 243, 247, 252, 260, 271, 275

## **G**

Gênero 29, 31, 33, 35, 98, 107, 118, 165, 185, 186, 187, 189, 191, 196, 201, 202, 211, 230

## **H**

Hiroshima 70, 71, 74, 76

Honra 70, 74, 75, 177

## **I**

Identidade 15, 29, 41, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 111, 135, 139, 140, 141, 156, 166, 168, 169, 170, 171, 176, 194, 195, 197, 201, 220, 226, 228, 242, 243, 245, 254, 280

Instituição Escolar 1, 11, 46, 47, 49, 50, 51

Intolerância 133, 134, 139, 142, 144, 269

## **J**

Jean-Baptiste Debret 229, 230, 231, 232, 239, 240

Judaísmo 183, 188, 191

## **L**

Lei do Ventre Livre 18, 20, 22, 24, 77, 79, 81, 82, 84, 85

Linguagem 34, 47, 165, 166, 169, 170, 197, 201, 203, 204, 206, 209, 214, 226, 228, 233, 234, 241, 268, 271, 273, 275, 276, 277

## **M**

Mata Atlântica 255, 258, 265

Memória 11, 12, 13, 14, 15, 17, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 50, 65, 69, 97, 98, 146, 147, 150, 155, 156, 169, 176, 194, 207, 229, 230, 232, 238, 240, 278, 279, 280

Migração 134, 217, 218, 221, 223, 228

Milícia 121, 122, 123, 124, 126, 129, 130, 131

Movimentos Sociais 65, 118, 173, 180, 182

Mulher 97, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 136, 137, 141, 201, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 230, 287

## **N**

Nagasaki 70

Negros 55, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 141, 170, 171, 231, 232, 258

## **P**

Pensamento 19, 22, 23, 29, 31, 34, 41, 52, 54, 58, 64, 66, 68, 72, 86, 90, 98, 100, 141, 144, 174, 182, 186, 188, 198, 207, 210, 219, 228, 232, 269, 285

Peronismo 192, 193, 194, 195, 199, 200

Política 3, 9, 11, 12, 15, 18, 20, 21, 22, 24, 26, 27, 48, 52, 56, 88, 93, 95, 99, 101, 112, 113, 119, 120, 128, 129, 130, 131, 139, 143, 151, 155, 161, 168, 169, 172, 173, 175, 176, 180, 185, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 201, 208, 219, 225, 232, 234, 235, 243, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 265, 285

Produção 3, 5, 6, 8, 10, 16, 29, 31, 32, 33, 34, 39, 44, 49, 50, 54, 60, 65, 76, 99, 103, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 125, 128, 134, 162, 163, 175, 184, 189, 190, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 220, 231, 232, 235, 253, 255, 256, 257, 271, 272

Profano 166, 168, 169, 170

## **Q**

Quilombos 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96

## **S**

Sacro 166, 169, 263

Santo Ofício 284, 285, 286, 289, 292

Segunda Guerra Mundial 42, 43, 45, 70, 143

Sertão 146, 147, 151, 152, 155, 219, 224, 226, 245, 281

Sociedade 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 23, 24, 25, 31, 35, 36, 39, 44, 46, 47, 50, 52, 63, 65, 66, 70, 71, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 89, 91, 93, 106, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 118, 119, 123, 128, 132, 144, 146, 147, 148, 150, 152, 154, 155, 159, 163, 165, 166, 167, 168, 170, 175, 177, 178, 181, 191, 194, 197, 203, 208, 209, 211, 213, 214, 217, 219, 222, 223, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 240, 241, 242, 250, 263, 266, 273, 274, 275, 283, 287, 288, 292

## **T**

Tempo 2, 3, 4, 9, 13, 14, 17, 20, 21, 25, 31, 34, 35, 36, 37, 44, 46, 47, 48, 49, 54, 55, 56, 60, 61, 66, 68, 69, 72, 73, 74, 81, 82, 83, 88, 89, 91, 98, 101, 103, 105, 106, 112, 113, 115, 118, 121, 122, 123, 125, 126, 131, 132, 134, 136, 138, 141, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 159, 167, 168, 170, 171, 173, 175, 183, 184, 185, 195, 199, 202, 204, 205, 207, 209, 210, 211, 212, 222, 227, 231, 233, 235, 242, 243, 249, 252, 258, 260, 265, 266, 268, 269, 270, 273, 274, 280, 281, 286

Territórios 37, 76, 87, 89, 93, 94, 95, 174, 182

Transformação 63, 99, 149, 169, 185, 195, 199, 243, 255

Turismo 119, 242, 246, 250, 251, 252, 253, 255, 262

## **U**

Unidades de Conservação 255, 264

Urbanização 102, 143, 235, 242, 243, 250

## **V**

Verdade histórica 28, 30, 37

Violência 9, 91, 97, 116, 121, 126, 128, 130, 131, 132, 133, 136, 141, 143, 150, 155, 194, 197, 199, 260, 265

## **Z**

Zapatismo 173, 174

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

Pluralidade de Temas e Aportes  
Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

Pluralidade de Temas e Aportes  
Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História